

Tabela 1.3 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

ESTADO DO TOCANTINS - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2011 A ABRIL/ 2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS MAIO/2011 A ABRIL/ 2012	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	236.263.516,94	0,00
Pessoal Ativo	236.263.516,94	0,00
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)		
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Ativo	236.263.516,94	
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)		
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	27.702.868,80	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial	23.540.511,50	
Despesas de Exercícios Anteriores	4.162.357,30	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	208.560.648,14	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	208.560.648,14	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	4.758.170.456,20	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	4,38	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < 6% >	285.490.227,37	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < 5,7% >	271.215.716,00	

FONTE: Sistema SIAFEM, TRIBUNAL DE JUSTIÇA/Diretoria Financeira, 23/mai/2012, 14h e 32m

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício,

por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Desa. Jacqueline Adorno
 Presidente
 CPF nº. 434.042.941-49

Sidney Araujo de Sousa
 Controlador Interno
 CPF Nº 355.271.101-53

Maristela Alves Rezende
 Diretora Financeira
 CPF nº 061.722.868-03

Manoel Lindomar A. Lucena
 Contador
 CRC DF-9642/T-TO